

MARCO ANTONIO AZKOUL  
Mestre e Professor

## **JUSTIÇA ITINERANTE**

Editora Juarez de Oliveira

São Paulo, 2006

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE SINDICATO NACIONAL DOS  
EDITORES DE LIVROS, RJ

A989J

Azkoul, Marco Antonio

Justiça itinerante / Marco Antonio Azkoul. - São Paulo: Editora  
Juarez de Oliveira, 2006.

192 p.; 14x21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 85-7453-598-2

1. Assistência judiciária - Brasil. 2. Justiça - Brasil. I. Título.

06-1612.

CDU 347.998.82(81)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	XV
INTRODUÇÃO	1
1. Justificativa	1
2. Delimitação do tema	2
3. Metodologia e técnicas de pesquisa	2
Capítulo 1 - UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA	5
1.1. Noções preliminares	5
1.2. Acesso ao direito à justiça	6
1.3. O acesso à justiça como questão de democracia	10
1.4. O acesso à justiça como afirmação dos Direitos Humanos	15
1.5. A Convenção Internacional de acesso à Justiça	20
Capítulo 2 - A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À JUSTIÇA	21
2.1. Noções preliminares	21
2.2. Internacionalização dos direitos humanos: precedentes históricos	21
Capítulo 3 - OS DIREITOS SOCIAIS	33
3.1. Considerações introdutórias	33
3.2. Conceito de direitos fundamentais	33
3.3. Os direitos fundamentais clássicos	35
3.4. Os direitos fundamentais de segunda geração	37
3.5. Os Direitos de terceira e quarta geração	40
3.6. A dignidade da pessoa humana	41
3.7. A dignidade da pessoa humana frente ao Direito Constitucional	44
3.8. Os direitos sociais na Constituição de 1988	45
3.9. A problemática da eficácia dos direitos fundamentais sociais	46
3.10. Implementação dos direitos sociais	48
3.11. O art. 6º da CF/1988 no contexto dos direitos sociais	48

**Localização: 347.998.82(81)**

**A995j**

**Código de barras: STJ00065100**

3.12. Os direitos do art. T da Constituição Federal de 1988	49
3.13. A garantia universal dos direitos fundamentais: uma condição para que os cidadãos possam participar dos benefícios da globalização	50
<b>Capítulo 4 - PRECEDENTES HISTÓRICOS DA JUSTIÇA ITINERANTE</b>	<b>53</b>
4.1. Considerações Iniciais	53
4.2. Reminiscências Greco-romanas	56
4.3. Inexistência da Justiça Itinerante no Processo Civil Romano	58
4.4. Inexistência da Justiça Itinerante no Velho Testamento	62
4.5. Inexistência da Justiça Itinerante no Antigo Egito e Grécia Antiga	64
4.6. No Brasil colonial e imperial inexisteriu a Justiça Itinerante	65
4.7. A Verdadeira Justiça Itinerante	68
<b>Capítulo 5 - OS VÁRIOS CONCEITOS DE JURISDIÇÃO</b>	<b>71</b>
5.1. Conceitos de jurisdição	71
5.2. Crítica da teoria da lide	72
5.3. A jurisdição: conteúdo da atividade jurisdicional	74
5.4. Conceito atual de jurisdição	74
5.5. Ato de jurisdição e administrativo	77
5.5.1. Controle Judiciário	80
5.6. Sentenças: declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executória	80
5.7. Conceito de Coisa Julgada	82
5.7.1. Coisa Julgada Material e Coisa Julgada Formal	83
5.7.2. A imutabilidade da sentença	84
<b>Capítulo 6 - A JUSTIÇA ITINERANTE COMO MECANISMO DE EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA</b>	<b>87</b>
6.1. Dos Conceitos	87
6.1.1. Conceito de justiça	87
6.1.2. Conceito de Justiça Itinerante	89
6.2. O surgimento da justiça itinerante	95
6.3. Justiça Itinerante na Emenda Constitucional n. 45	98
6.3.1. Câmaras regionais itinerantes	99
6.4. Competência do Juizado Especial Itinerante	99

6.5. Competência da justiça itinerante	108
6.6. Proposta de regulamentação da justiça itinerante	109
Capítulo 7 - OUTRAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE ACESSO À JUSTIÇA	111
7.1. Institutos alternativos, preliminares e auxiliares da justiça na busca de soluções rápidas	111
7.2. Juizado de Instrução e as Delegacias de Polícia Comunitárias e Itinerantes no Brasil	113
7.3. Penas Alternativas	117
7.4. Agentes do Poder Público no Provimento n. 758/2001 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	119
7.5. O Juízo Arbitral e o Juiz de Paz	120
7.6. Órgãos Especializados de Defesa do Consumidor, Cidadania, Menores, Adolescentes e de Trânsito	122
7.7. Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo	123
7.7.1. Alguns dos seus vários Programas Sociais	123
7.7.2. Ações Sociais	124
7.8. PROCON	124
7.9. IDEC	129
7.10. Inconstitucionalidade das Legislações de Proteção dos Consumidores e do Meio Ambiente, anteriores à Constituição Federal de 1988	131
7.11. Previdência e Assistência Social Itinerante	132
7.12. Ministério Público e suas Promotorias Itinerantes	133
7.13. POUPATEMPO	139
7.13.1. O Poupa Tempo Itinerante	141
7.14. Ouvidorias e Corregedorias Itinerantes	143
7.15. Escola Itinerante de Conselheiros Tutelares	145
7.16. Os Poderosos Meios de Comunicação de Massa	146
7.17. Integração da justiça itinerante com os Institutos alternativos e sociais - uma proposta de solução para a crise jurisdicional	147
ANEXO 1	
SENTENÇA IMPERIAL, 1823	151
ANEXO 2	
ANTEPROJETO DE LEI	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
Internet	174